

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL 28/2020**

**(ORÇAMENTO 2021)**

**VOTAÇÃO CONGRESSO NACIONAL**

O Congresso Nacional aprovou na quinta-feira, 25 de março de 2021, o PLN (projeto de lei do Congresso Nacional) 28 de 2020, que trata da proposta orçamentária de 2021.

A votação do Orçamento de 2021 atrasou. De acordo com a Constituição Federal, deveria ter sido aprovado em 2020. Quando um ano começa sem ter a lei orçamentária aprovada, o Estado funciona por meio da liberação mensal de 1/12 dos recursos estipulados na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que precede o Orçamento.

O relator-geral, senador Marcio Bittar (MDB-AC), fez vários ajustes no projeto de lei enviado pelo Poder Executivo. Definiu como meta fiscal um déficit de R\$ 247,1 bilhões para o governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência).

As receitas foram estimadas em R\$ 4,324 trilhões, com acréscimo de R\$ 32,2 bilhões em relação ao original do Executivo. As despesas foram fixadas em mais de R\$ 2,576 trilhões, fora o refinanciamento da dívida e as empresas estatais.

O teto dos gastos é de R\$ 1,486 trilhão, conforme a Emenda Constitucional 95. De forma mais prática, R\$ 1,480 trilhão, porque há dispêndios do ano passado a serem quitados agora, e outros previstos para 2021 que ficarão para 2022.

Dentro do teto de gastos estão benefícios da Previdência Social e da Assistência Social (BPC), seguro-desemprego e abono salarial. O texto aprovado

considera um valor de R\$ 1.067 para o salário mínimo, que desde janeiro vale R\$ 1.100.

Marcio Bittar também remanejou R\$ 26,5 bilhões em despesas para o atendimento de pleitos dos parlamentares.

O Ministério do Desenvolvimento Regional (administração direta e órgãos vinculados), com R\$ 10,2 bilhões, e o Fundo Nacional de Saúde, com R\$ 8,3 bilhões, foram os mais favorecidos pelas mudanças de última hora.

Foram canceladas, entre outras, dotações reservadas inicialmente pelo Executivo para quitar benefícios previdenciários urbanos e rurais (R\$ 13,5 bilhões), abono salarial (R\$ 7,4 bilhões) e seguro-desemprego (R\$ 2,6 bilhões).

Segundo o relator, os gastos com a Previdência Social devem cair devido à recente reforma e pelo combate a fraudes. No entanto, relatório da equipe econômica informa que a previsão é faltar R\$ 8,5 bilhões para essas despesas neste ano.

Em relação à chamada “Regra de Ouro”, no parecer final o relator-geral baixou para R\$ 451,1 bilhões o montante de despesas condicionadas a um crédito suplementar para contorná-la. São R\$ 2,6 bilhões a menos do que havia previsto o Executivo. O valor desse crédito poderá cair se o governo usar outras fontes para cobrir os gastos. De qualquer forma, pelo terceiro ano consecutivo haverá despesas condicionadas. Em 2019, R\$ 249,9 bilhões; em 2020, R\$ 343,6 bilhões.

A Constituição proíbe que as operações de crédito (emissão de títulos) excedam as despesas de capital (investimentos e amortizações). Para superar a “regra de ouro”, é necessária a aprovação de, pelo menos, 257 deputados e 41 senadores.

Como nos anos anteriores, a maior parte das despesas condicionadas em 2021 refere-se a aposentadorias, pensões e pessoal.

Quanto às emendas impositivas, o relator-geral da proposta orçamentária para 2021 incorporou quase R\$ 19,8 bilhões oriundos de 7.133 emendas parlamentares à despesa. A maior parte das sugestões (86%) são emendas impositivas, de execução obrigatória pelo Executivo.

Das emendas individuais impositivas, mais de R\$ 8,3 bilhões são de deputados e mais de R\$ 1,3 bilhão de senadores. Somadas, as 26 bancadas estaduais e a do Distrito Federal terão R\$ 7,3 bilhões em emendas impositivas – o valor foi corrigido para cima após decisão do Tribunal de Contas da União (TCU).

Vários parlamentares criticaram as mudanças e as dotações abaixo do esperado para combate à pandemia, universidades e meio ambiente. Além disso, um corte de R\$ 1,75 bilhão inviabilizou o Censo Demográfico.

Ressalte-se que esse foi o primeiro orçamento aprovado por meio de votação remota da história. Isso se deu em razão da pandemia de Covid-19, buscando evitar a transmissão do coronavírus.

A proposta segue agora para sanção presidencial.

## ➤ **COMO FICA O ORÇAMENTO**

### • **Geral:**

- **Receitas:** somarão R\$ 4,324 trilhões;
- **Despesas:** serão de R\$ 4,324 trilhões;
- **resultado primário nas contas públicas:** -R\$ 247,1 bilhões;

- **Parâmetros econômicos**

- **salário mínimo:** R\$ 1.100;
- **variação do PIB:** 3,20%;
- **PIB nominal:** R\$ 8,81 trilhões;
- **Inflação:** 4,42%;
- **dólar:** R\$ 5,30;
- **Selic média:** 2,63%;
- **preço médio do barril de petróleo:** US\$ 44,49.

- **Poderes**

- **Executivo:** R\$ 1,4 trilhão;
- **Legislativo:** R\$ 12,8 bilhões, sendo:
  - **Câmara:** R\$ 6,2 bilhões;
  - **Senado:** R\$ 4,5 bilhões;
  - **Tribunal de Contas da União:** R\$ 2,31 bilhões;
- **Judiciário:** R\$ 44,18 bilhões;
- **Ministério Público:** R\$ 6,7 bilhões.

---

Brasília, 26/03/2021  
Jerusa Netto Ramos

---

**REFERÊNCIAS:**

- PODER 360º - Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/congresso-aprova-orcamento-de-2021-e-envia-a-sancao/>
- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS – Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/740150-congresso-aprova-orcamento-com-despesas-obrigatorias-baseadas-em-salario-minimo-inferior-ao-atual/>